



4227 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

O PNAIC DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO RIO GRANDE DO NORTE: reflexões iniciais sobre a formação continuada de professores
Milena Paula Cabral de Oliveira - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Denise Maria de Carvalho Lopes - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O exercício da docência na Educação Infantil apresenta requisitos específicos advindos tanto das características específicas da criança, quanto da própria organização da prática pedagógica com objetivos e funções importantes a serem assumidos/desempenhados no trabalho educativo. Partindo dessas especificidades, nos ancoramos nos princípios da investigação qualitativa e nas ideias de L. S Vigotski, no âmbito da abordagem histórico cultural para investigar a formação continuada de professores da Educação Infantil no Rio Grande do Norte, a partir da última formação ofertada: O PNAIC da Educação Infantil. No processo formativo estavam envolvidos 167 municípios, distribuídos entre 9 formadoras regionais e 233 formadores locais. É necessário reconhecer que houveram avanços - no sentido da oferta de formação continuada - e retrocessos no campo das Políticas de formação. Ainda precisamos superar as "formações por catálogos" e, avançar para ações formativas que suscitem reflexões na/sobre a prática. Pois, consideramos que os sujeitos do processo educativo – professores, funcionários, pais e comunidade – ainda não são sujeitos de sua formação.

Palavras Chaves: Formação Continuada, Educação Infantil, PNAIC.

O exercício da docência na Educação Infantil apresenta requisitos específicos advindos tanto das características específicas da criança, quanto da própria organização da prática pedagógica com objetivos e funções importantes a serem assumidos/desempenhados no trabalho educativo com crianças em tenra idade. Nesse contexto de especificidades, temos visto na vasta literatura acerca da formação docente – em especial sobre a EI – que os cursos de formação inicial têm sido apontados como ineficientes e distantes da realidade da prática docente, palco da dicotomia teoria-prática.

É nesse contexto que a *formação continuada* surge como uma necessidade intrínseca à natureza do trabalho docente, por suas demandas diversas, complexas e dinâmicas – que sempre mudam – originadas no cotidiano, na rotinização da ação docente, na perspectiva de avançar nos estudos, nas especificidades das crianças, bem como na busca constante do desenvolvimento profissional.

Portanto, como refere Lopes (2004, p.1) "as concepções acerca da formação dos professores de educação infantil – seus conteúdos e formas – estão vinculadas à função que lhe é atribuída no processo educativo das crianças, bem como à concepção de criança, infância, de educação, de professor, de formação".

Desse modo, na certeza da importância da formação continuada para a prática pedagógica dos professores (as), nos questionamos: como a formação continuada poderá efetivamente contribuir na construção de uma prática pedagógica que respeite a criança e seu desenvolvimento integral? Em que tempos, espaços, modos e organização as formações continuadas poderão ser estruturadas, de modo a repercutirem na prática docente?

Partindo dessas especificidades e questionamentos, ancoradas nos princípios da investigação qualitativa e nas ideias de L. S Vigotski, no âmbito da abordagem histórico cultural, nos propomos a investigar a formação continuada de professores da Educação Infantil no Rio Grande do Norte.

A construção de nossos dados foi realizada no âmbito da Política Nacional de formação de professores, mas especificamente, a partir da última formação ofertada aos profissionais da Educação Infantil: O PNAIC da Educação Infantil.

O PNAIC Educação Infantil, no Estado do Rio Grande do Norte (RN), ocorreu de outubro de 2017 a maio de 2018, com carga horária de 100 horas. E, a formação tinha por objetivo o trabalho pedagógico com a linguagem oral e escrita na Educação Infantil – especificamente com crianças de 4 e 5 anos. Nesse processo participaram 167 municípios, distribuídos entre 9 formadoras regionais e 233 formadores locais.

A Política Nacional de Formação de Professores

Compreendemos que as instâncias de formação inicial, juntamente aos contextos de formação continuada no exercício da profissão precisam garantir situações de formação aos professores de educação infantil, considerando o reconhecimento da multiplicidade de opções teóricas e alternativas práticas (KRAMER, 1994), e ainda, um duplo direito: dos próprios professores, de se desenvolverem profissionalmente e o das crianças aprenderem.

Nesse contexto, pensar a formação docente no âmbito da Educação Infantil implica compreender que, tanto um campo, como o outro, bem como as articulações existentes entre eles, são produções históricas e sociais, resultantes de uma multiplicidade de fatores e marcadas por paradoxos, contradições, continuidades e rupturas.

Consideramos pertinente o estudo dessa temática, principalmente, por estarmos, ainda, no bojo das discussões acerca da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para formação continuada dos profissionais da Educação Básica (Resolução CNE n. 02, de 01 de julho de 2015), o que nos provoca a estudar/compreender a política nacional de formação de professores e sua repercussão/contribuição na prática pedagógica na educação infantil.

A atual Política Nacional de Formação de Professores foi instituída a partir do decreto 8.752, de 09 de maio de 2016, e responde a recomendações de organismos internacionais (FREITAS, 2007) e instituições privadas de âmbito nacional, confirmando a ótica gerencialista, o caráter subordinado e meramente instrumental a atual política.

O PNAIC da Educação Infantil: avanços e contradições

O Pnaic da Educação Infantil surge no âmbito das transformações ocorridas no ano de 2017, em uma das ações da Política Nacional de Formação de Professores: o Pacto Nacional pela alfabetização da Idade Certa. Ele surge através da portaria nº 826, de 7 de julho de 2017, que altera as ações da primeira versão do Pnaic (2013) instituído por meio da portaria nº 867, de 04 de julho de 2012.

Importa apontar algumas considerações sobre a Primeira e segunda versão do programa. A primeira versão teve as suas ações iniciadas efetivamente no ano de 2013 e finalizou as ações no ano de 2016, e tinha como objetivo “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental”.

A segunda versão iniciou no ano de 2017 e teve como foco

os estudantes da pré-escola e do ensino fundamental, cabendo aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e gestores públicos uma responsabilidade compartilhada no alcance do direito da criança de escrever, ler com fluência e dominar os fundamentos da Matemática no nível recomendável para sua idade”. (BRASIL, 2017, p.1)

É importante esclarecer, que apesar do conceito de alfabetização proposto na atual portaria, seja “ler, escrever com fluência e dominar os fundamentos da matemática”, esse não foi o objetivo proposto pela coordenação geral no Estado do RN. Desde o primeiro encontro de formação buscou-se explicitar que a Educação infantil não tem o “papel de alfabetizar”, mas sim, de reconhecer que as crianças e adultos estão imersas em uma sociedade notadamente marcada pela cultura escrita, e que tais práticas precisam ser experienciadas pelas crianças como práticas culturais.

Outros elementos também marcaram significativamente a diferença entre as versões, entre eles: a inclusão de um programa – o Novo Mais Educação – e de uma outra etapa da educação básica – a Educação Infantil –, ou seja, projetos de ação e público alvo distintos dentro de um mesmo processo/programa formativo. E ainda, o tempo de execução: a primeira versão chegou a ser executada por 03 anos consecutivos, inclusive com apoio financeiro aos participantes. Na atual, apenas 100 horas de formação sem a perspectiva de continuidade.

A indicação dos formadores, que na primeira versão eram denominados de orientadores de estudo, seguia um protocolo normatizado. Na segunda versão a indicação foi por livre demanda dos municípios, o que ocasionou a inserção de formadores locais sem experiência na área. E, por fim, os materiais de apoio eram reproduzidos e entregues aos participantes, fato não ocorrido na última versão do Pnaic.

Contudo, não é nosso objeto de estudo realizar comparativos entre as versões, proposições e encaminhamentos realizados na trajetória do Pnaic, mas levantar elementos estruturais que repercutem no desenvolvimento do programa.

Na atual versão, especificamente no âmbito do Pnaic da Educação Infantil, o material de estudo utilizado foram alguns cadernos da Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil produzida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir desse material compartilhamos do conceito de Galvão (2016, p.26), que diz:

[...] é necessário lembrar que o objetivo da Educação Infantil não é a alfabetização *stricto sensu*. Embora crianças da pré-escola possam se alfabetizar por interesse particular a partir das interações e da brincadeira com a linguagem escrita, não cabe à pré-escola ter a alfabetização da turma como proposta.

Reconhecemos que o trabalho pedagógico com a oralidade, leitura e escrita na Educação Infantil, ainda, é alvo de grande embates e debates por estudiosos da área. No entanto, assumimos que é preciso dialogar com os professores acerca de suas práticas, e (re)conhecer como são desenvolvidas. Além de partilhar dúvidas inquietações e necessidades acerca do trabalho pedagógico com a leitura e a escrita na Educação Infantil.

Considerações finais

O Pnaic da Educação Infantil surge em um contexto de fragmentação das poucas conquistas realizadas no campo das políticas educacionais. No entanto, não podemos deixar de estudar esse momento, como parte de um processo histórico, no âmbito das discussões sobre a formação dos profissionais da EI. E acerca desse programa tecemos breves considerações, fruto de reflexões ainda iniciais dos nossos estudos.

Observamos que, para muitos dos 167 municípios participantes do programa, este se configurou como a primeira formação destinada especificamente aos professores da Educação infantil, o que nos possibilita inferir sobre a importância de uma política como garantia do direito a formação – inicial e continuada - dos professores. No entanto, consideramos que esta, como tantas outras ações formativas, ocorreu de forma ‘aligeirada’, o que recaem sobre os mesmos erros das ações até hoje empreendidas: a descontinuidade da formação. Acerca disso, Kramer (1994) já alertava que

[...] organizadas em periodicidades diversas, implementadas por diferentes secretarias, fundações ou outros órgãos, com ou sem a participação direta das universidades ou de consultores contratados, tais estratégias são marcadas pela falta de continuidade, pela

fragmentação, pelo caráter episódico ou casuístico. (1994, p.23)

No entanto, para além de seus pontos frágeis, a organicidade do Pnaic da Ed. Infantil nos aponta algumas possibilidades: a pactuação/compromisso dos municípios e a formação presencial, assegurada em nosso estado. A pactuação, aqui tratada como compromisso dos municípios, perante ao MEC e a sociedade civil é uma possibilidade de garantir a efetivação de uma ação formativa e do direito do professor a sua formação continuada.

É necessário reconhecer que houveram avanços - no sentido da oferta de formação continuadas aos professores - e retrocessos no campo das Políticas de formação. Ainda precisamos superar as "formações por catálogos" (NÓVOA, 1992) e avançar para formações que suscitem reflexões na/sobre a prática. Pois, consideramos que os sujeitos do processo educativo – professores, funcionários, pais e comunidade – ainda não são sujeitos de sua formação. E por fim, se faz necessário e urgente, que as instâncias formadoras, dialoguem com os profissionais para que se construam práticas e processos formativos articulados com os projetos e necessidades das instituições educativas.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 2, de 01 de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Brasília: 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192

[FREITAS, Helena Costa Lopes de.](#) **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada.** *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.1203-1230. ISSN 0101-7330.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Crianças e cultura escrita. In: BRASIL. Linguagem oral e linguagem escrita na educação infantil: práticas e interações / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.- 1.ed. - Brasília : MEC /SEB, 2016. (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.3).

KRAMER, Sonia. Currículo da Educação Infantil e formação dos profissionais de creche e pré-escola: questões teóricas e polêmicas. In: BRASIL. **Por uma política de formação do profissional da educação de Educação Infantil.** MEC/SEF/COEDI. Brasília, 1994.

LOPES, Denise Maria de Carvalho. **A formação de professores para a Educação Infantil: evolução histórica e proposições atuais** In: Anais do X Seminário de Pesquisa do CCSA: A universidade e os desafios contemporâneos. UFRN. 2004.

NÓVOA, Antônio (coord.). **Os professores e a sua formação.** 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992a.

VIGOTSKI, Lev. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.